

Leia artigo escrito por Elivete de Oliveira Silva Ribeiro, publicado originalmente no Diário do Aço. Elivete é pedagoga, especialista em coordenação/supervisão pedagógica e em gestão educacional. Foi professora do ensino fundamental e trabalha há 22 anos em uma escola particular em Ipatinga - MG. É professora do curso de pós-graduação da UNIPAC – Ipatinga*.

Constantemente me pego refletindo sobre as questões políticas, socioeconômicas e, principalmente, sobre as questões pedagógicas implícitas nesse novo modelo de avaliação. O excesso de informações e, ao mesmo tempo, a falta de clareza com que elas têm sido disseminadas, muito me intrigam. São vários os motivos que me fazem questionar esta proposta.

O principal deles é ter a certeza de que a prova reinará sempre, já que é o veículo mais utilizado como forma de decretar qualquer mudança na educação.

Sempre fomos escravos da prova. O vestibular é evidência disto, uma vez que massificou o ensino, priorizando o excesso de conteúdos, a decoreba e todas as ações que impulsionaram a escola a se tornar conteudista e condicionadora de uma aprendizagem enlatada. A impressão que se tem é a de que o único objetivo do ensino médio é o de preparar o aluno para o vestibular, e o do ensino superior é o de definir o que o ensino médio deve fazer. Afinal, a quem compete orientar o processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação?

A proposta do “NOVO” ENEM está explicitada na LDB 9.394, há muito elaborada (1996), portanto, não é algo inovador.

Trabalhar de forma interdisciplinar, formar alunos autônomos, trabalhar em equipe, propor um ensino instigante que leva o aluno a fazer inferências, a buscar a lógica das coisas, a transitar pelos conteúdos dialogando com todas as disciplinas e com a sociedade sempre foi missão da escola!

Utilizar um modelo de prova para avaliar um segmento do ensino através de indicadores de desempenho pré-estabelecidos, com o propósito de ajudar as escolas a identificar pontos fortes e pontos de melhoria, é uma decisão positiva. Seria uma evolução do ensino utilizar esses dados para reestruturar o nosso modelo educacional por meio de ações coordenadas e bem fundamentadas, capazes de interferir na raiz de nossos problemas, na capacitação de nossos professores, no chão da sala de aula, na reorganização do espaço e do tempo escolar, do currículo, dos objetivos, da aula!

Agora, impor um modelo de avaliação seletiva para ingresso em universidades com a pretensão de mudar os rumos da educação não seria repetir o modelo do vestibular, apenas “ensaiando” alunos e professores para um novo formato de avaliação? Parece-me que sim!

A sensação que tenho é a de que estamos começando um trabalho pelo fim do processo. Avaliar pressupõe uma longa caminhada. Pressupõe um currículo adequado, um planejamento, uma proposta de execução do planejamento e um acompanhamento do processo, alterando o funcionamento da sala de aula, a formação do professor, os recursos utilizados, a rotina da aula!

O fato é que estamos diante de uma mobilização desenfreada para o adestramento de um modelo de prova que prega a contextualização e a interdisciplinaridade, o que nem sempre acontece. Além disso, não percebo um investimento consistente nos cursos de formação dos docentes. Os exames SAEB, PROVA BRASIL, PISA, dentre outros, têm nos sinalizado o despreparo com que nossos alunos têm concluído a educação básica. Se, no modelo tradicional de avaliação, os resultados já não são satisfatórios, imaginem num modelo que exige, em sua elaboração, conhecimento técnico aperfeiçoado, visão de mundo, habilidades e competências educacionais! Mas quem forma esses quesitos no professor?

O que é importante: entender o formato da avaliação ou entender a que se presta a avaliação? Acredito, sim, na busca de uma educação comprometida com a qualidade. Acredito nas ferramentas usadas para medir o desempenho de toda e qualquer instituição e na parametrização dos resultados obtidos, a partir de indicadores. Acredito, também, que a avaliação da aprendizagem é um valioso e necessário instrumento, capaz de promover o ensino, uma vez que fornece pistas da educação oferecida. Porém, o processo de avaliação precisa ser revisto e muito bem repensado em sua intencionalidade, forma, conceito. Assim, teremos uma prova a serviço da educação e não o contrário. Por fim, acredito na evolução da consciência educacional e na possibilidade de uma reforma de ensino comprometida com todo o fazer da escola e com as reais necessidades levantadas e imploradas pelos professores de todos os segmentos da educação, do Oiapoque ao Chuí. Basta ouvi-los!

*este artigo faz parte de uma iniciativa da Campanha Fala Educador, Fala Educadora! que busca dar voz ao professorado, por meio da publicação de artigos, opiniões e reflexões sobre o cotidiano escolar e o ofício docente. Se você é professor(a) e deseja participar enviando um texto, escreva para observatorio@acaoeducativa.org